



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 135, DE 2010

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para
fixar o piso nacional de salário dos vigilantes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 19 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, passa a
vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19.
.....

V – piso nacional de salário, fixado anualmente, nos termos do
regulamento.

Parágrafo único. Anualmente, para os fins do disposto no inciso
V deste artigo, o Ministério do Trabalho e Emprego convocará
reunião setorial de empregados e empregadores para recolher
subsídios e informações necessárias à fixação do piso nacional de
salário da categoria profissional.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O aparato da segurança privada no Brasil é constituído de
milhares de trabalhadores que desenvolvem inúmeras atribuições vinculadas à
segurança privada em todos os seus aspectos.

Essa atividade é regulada em lei específica, que estabelece
critérios e condições para o seu exercício profissional. Todavia, disparidades
enormes ainda existem entre esses trabalhadores, no que concerne à sua
remuneração, mais especificamente ao piso salarial.

Por sua natureza e finalidade, como atividade de segurança privada, existe a necessidade de se assegurar a esse trabalhador, que, em muitos casos, trabalha portando arma de fogo, condições mínimas de remuneração, razão pela qual a fixação de um piso salarial nacional é necessária.

Qual a diferença de se fazer a segurança de um órgão público federal, por exemplo, na capital ou no interior, ou entre outras unidades da federação, quando geralmente os contratos de segurança são uniformes neste quesito?


A segurança patrimonial de instituições financeiras é outro exemplo.

Observe-se que a segurança privada nesses casos não interessa apenas ao contratante do serviço, mas principalmente à população de modo geral, com a qual se relaciona diretamente esse profissional.

Importante salientar que os vigilantes exercem atividade privada, de natureza essencial e especial, que é regulada pelo Estado, em lei específica, e a fixação de um piso nacional de salários dará uniformidade a esse serviço, pois os destinatários da segurança efetivamente prestada não são apenas os contratantes desse serviço, mas o público em geral que necessita ser bem atendido e protegido.

Acrescente-se o fato do art. 7º da Constituição Federal estabelecer que é direito dos trabalhadores a fixação de piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, razão pela qual alteramos a redação do art. 19 da Lei nº 7.102, de 1983, para acrescentar o inciso V, que assegura ao vigilante um piso nacional de salário, bem como foi incluído parágrafo único, estabelecendo que o Ministério do Trabalho e Emprego anualmente recolherá subsídios de empregados e empregadores para a fixação do piso nacional de salário.

Em face desses argumentos solicitamos o apoio para a aprovação da presente proposição.



Sala das Sessões, 13 de maio de 2010.

Senador MARCELO CRIVELLA

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983.

Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 19 - É assegurado ao vigilante:

- I - uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;
- II - porte de arma, quando em serviço;
- III - prisão especial por ato decorrente do serviço;
- IV - seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)